

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
ATA 06 - SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE JUNHO DE 2026 -
CONSELHO FISCAL

Conselho Fiscal

Aos vinte e tres dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, às dezessete horas, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Palmeira/PR (RPPS), na sede da Autarquia, situada a Rua Juvenal Marcondes Zanardini, número dois, centro, os conselheiros Claudia Cristiane Breda, Mirian do Carmo Prestes Cruchelski e Murilo Orlando Malucelli Klas. Foi declarada aberta a reunião pela presidente do conselho fiscal, registrando que por solicitação e em comum acordo a reunião foi antecipada em um dia, informando que a ata anterior foi previamente aprovada, assinada eletronicamente e publicada em diário oficial do dia 18/06/2026. Destacado que os trabalhos terão como base o ofício 003/2026 deste conselho, repassado nesta data a nova diretora presidente do RPPS, senhora Francine Albuquerque Cruz e os resultados discutidos e apresentados pelo presidente do conselho administrativo, João Eraldo Padilha. Em ato contínuo, o conselho deu as boas vindas a presidente Francine, nomeada em 08/06/2026, conforme decreto nº 19.358 de 03/06/2026 e discorreu sobre os assuntos elencados no ofício 003/2026, assuntos estes que tratam de: **acompanhamento de deliberações anteriores**, com o intuito de obter posicionamento de assuntos pendentes, de solicitação de informações e atualizações sobre providências, assim como recomendações de órgãos de controle e das ações administrativas em andamento, a fim de garantir o monitoramento contínuo deste conselho fiscalizador. A presidente acatou a solicitação manifestando compromisso no atendimento desta, reforçando que muitos desses assuntos já adiantou andamento, conforme também apresentou em reunião do conselho administrativo com destaque preocupante ao vencimento da certidão de regularidade previdenciária (CRP) vencida desde o último dia 13/06, com pendência restritiva de liberação devido a ausência de certificação da totalidade de membros do comitê de investimentos, informando que foi dado conhecimento a controladoria municipal e ao membro integrante sobre a necessidade urgente de renovar a certificação pessoal. Também repassou a presidente sobre a necessidade de realização de concurso público na autarquia tendo em vista não existir nenhum vigente no momento, assim como da necessidade de encerrar cessão de servidora do quadro próprio cedida ao município, a fim de reintegrá-la a sua função no RPPS, em cumprimento a requisitos necessários ao atingimento da certificação Pró-Gestão. Quanto a busca por esta certificação, necessária e também urgente, principalmente para regularizar enquadramentos e flexibilizar modalidades e diversificação de investimentos, destacou a presidente a intenção de contratar assessoria especializada tendo em vista a complexidade dos processos, fluxogramas e requisitos necessários ao atingimento dessa certificação/nível adequado bem como da sua rotina de manutenção. Como ato seguinte foi analisado os seguintes resultados: **1) carteira de investimentos mês de maio**: apresentou resultado positivo de 0,50% neste mês e 4,60% no acumulado para o ano, ficando abaixo da meta atuarial estabelecida conforme Política de Investimentos vigente que é de 5,48% com retorno financeiro de R\$ 277.485,74 no recurso previdenciário e um Patrimônio Líquido Total de R\$ 64.401.683,82 sendo R\$ 58.063.122,82 em investimentos/aplicações financeiras e R\$ 6.338.561,00 em imóveis e sede própria. **1.1) fundos estressados**: Foi informado pela presidente sobre a intenção de contratação de auditoria para melhor posicionar a situação detalhada de cada

investimento, assim como para subsidiar planos de desinvestimentos já recomendados pelos órgãos de controle. Quanto ao desempenho negativo de -8,17% no mês e -9,84% acumulado, mantendo a necessidade de acompanhamento rigoroso e cumprimento do plano de desinvestimento. Informado a presidente sobre pendência de solicitação deste conselho, referente ao protocolo nº 350/2026, no qual buscamos acompanhar o plano de desinvestimento, assim como os estudos técnicos realizados, considerando que o prazo estipulado pelo TCE para o desinvestimento do fundo SP Downtown FII – SPTW11, segue avançando em sua contagem determinado pelo órgão de controle. **3) receitas e despesas do mês de maio:** os recolhimentos previdenciários repassados pelo município, câmara, inativos acima do teto e o próprio RPPS, totalizaram R\$ 1.424.503,25. Já quanto ao aporte do déficit atuarial, o município fez o repasse do valor de R\$ 1.365.000,00 e o pagamento de R\$ 346.865,56 correspondente a parcela 130/240 da dívida confessa registrada no CADPREV. Quanto ao COMPREV o recebimento no mês de maio foi de R\$ 109.851,76 sendo pagos a outros regimes o valor de R\$ 2.782,05. Os pagamentos de benefícios (aposentadorias e pensões) totalizaram R\$ 3.194.596,26 sendo que para estes pagamentos foram efetuados resgate do Caixa Disponibilidades - CNPJ 14.508.643/0001-55, no valor de R\$ 2.800.000,00 e do IRFM - 1 Caixa CNPJ 12.265.822/0001-83, no valor de R\$ 372.352,17. Já as despesas administrativas somaram R\$ 167.488,49, pagas com recursos do Caixa IRFM CNPJ:10.740.670/0001-06. Registrado a pontualidade de todos os recebimentos e destacado que a manutenção da regularidade do repasse mensal do aporte ao déficit previdenciário, contribui para o aumento do patrimônio da autarquia. Todas essas movimentações e resultados encontram-se regularmente registradas e, estando em conformidade foram aprovadas por este conselho. **6) Parecer do Conselho Fiscal:** Com base e análise dos dados apresentados sobre a execução mensal de maio/2026, nas alegações da presidente e em cumprimento às atribuições legais, o Conselho Fiscal **emite parecer favorável à regularidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do RPPS no período**, reforçando as seguintes recomendações: - Notificar integrante do comite sobre a urgência de renovação de certificação pessoal a fim de regularizar pendência de emissão de CRP; - Acelerar o plano de desinvestimento dos fundos estressados, ajustar a concentração de recursos e corrigir desenquadramentos para cumprir integralmente a IN 5.272/2025; - Apresentar parecer atuarial atualizado e justificativas detalhadas sobre o déficit projetado; -Manter a transparência ativa e disponibilizar relatórios atualizados, atas e atos normativos no portal do RPPS. -Disponibilizar a ferramenta de consulta externa a requerimentos/protocolos no site da Autarquia; – Acompanhar a manutenção das certificações pessoais e da instituição previdenciária; - Acelerar estruturação de processos e requisitos necessários para a aquisição de certificação no âmbito do Pró-Gestão; -Retomar trabalhos a cerca da reforma previdenciária. Nada mais havendo a tratar na reunião, encerrou-se a sessão, após leitura e aprovação da ata, a mesma segue assinada por mim, *Mirian do Carmo Prestes Cruchelski*, que a redigi e pelos membros *Sra Claudiane Cristiane Breda e Sr. Murilo Orlando Malucelli Klas*.

Publicado por:

Lana Cristina Silva da Rosa

Código Identificador:5DC4DCA2

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 14/07/2026. Edição 3572

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>